

COFRE VAZIO

União acena com ajuda

Meirelles diz que estuda operação de crédito para estado obter empréstimo no exterior

DAIANE COSTA
E GUILHERME RAMALHO
granderio@oglobo.com.br

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que está sendo estruturada uma operação de crédito pelo Banco do Brasil para permitir que o Estado do Rio obtenha empréstimos internacionais, dando como garantia royalties do petróleo. Segundo ele, a medida, que ainda está na fase de conversas preliminares, poderá aliviar a crise financeira do Rio. O ministro, que ontem esteve na cidade, afirmou que a situação do caixa fluminense, entre todos os estados do país que passam por crises financeiras, é a mais “dramática, emergente e aguda”.

— Não há dúvida disso. Pelas medidas tomadas pelo governador (Luiz Fernando Pezão), pelos fatos de conhecimento de todos sobre as dificuldades financeiras do estado. Mas temos de olhar a situação de todos. Não podemos tomar medidas individuais porque todos os estados estão com dificuldades financeiras — disse Meirelles, que ontem participou de evento na Firjan. — Esse tipo de operação já foi feita, e o que o Banco do Brasil está fazendo agora é estruturá-la, como já fez no passado para o Rio. Estamos olhando isso com a maior seriedade. Essas garantias futuras não seriam prestadas ao Tesouro, mas a credores privados internacionais dispostos a emprestar dinheiro ao governo do Rio.

Logo após dizer, em entrevista à Rádio CBN, que o Rio “está ficando ingovernável por causa da crise financeira”, Pezão recebeu com otimismo a declaração de Meirelles. Segundo ele, o estado já tinha feito proposta semelhante à União há cerca de um ano e meio. Ele sugeriu ainda que a operação de crédito poderia incluir outros ativos, como ações da Cedae e a dívida ativa.

— É um ativo forte (o petróleo), ainda mais com a recuperação da Petrobras. A gente pode conseguir entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões também com a dívida ativa. Isso depende do mercado e do momento. O Rio sofreu muito, perdeu rating (classificação de crédito). Tudo impacta numa operação dessa — afirmou Pezão. — Levei pareceres de diversos economistas mostrando que a securitização de ativos não impacta no déficit primário. Acho que finalmente aceitaram a nossa proposta. Se eu tivesse conseguido isso antes, o Estado do Rio não teria passado por esse problema. Cansei de falar que não estávamos inventando a roda. É uma grande saída não só para o Rio.

DEPUTADO VÊ OPERAÇÃO COM RESERVAS
O uso dos royalties ainda a receber tem sido uma tábua de salvação para o estado. Em 2014, para cobrir o déficit da previdência, o estado fez duas captações no mercado internacional nas

quais obteve R\$ 5,15 bilhões com a antecipação de royalties até 2024. O Rioprevidência informou ontem que só poderá fazer novas emissões a partir de 2018 porque está comprometido com os investidores nessas operações anteriores. Segundo o órgão, outras captações só serão possíveis se subir o preço do Brent (tipo de petróleo comercializado na Bolsa Londres, cujo valor é referência no mercado europeu).

Segundo levantamento do deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), presidente da Comissão de Tributação da Alerj, ao fim do período de amortizações, em 2025, o Rio terá pago R\$ 9,754 bilhões referentes à antecipação de royalties. Ele vê com reservas a realização de uma nova operação:

— Isso pode até ser uma opção para capitalizar o estado. Mas, se for só para pagar a folha dos servidores, seria uma péssima opção. Comprometeríamos demais as receitas de royalties futuras, o que poderia desequilibrar ainda mais as contas do Rioprevidência, que recebe parte desses valores.

Luiz Paulo defende que haja uma revisão nos critérios para o pagamento de royalties ao estado como uma forma de aumentar a arrecadação. Ele lembrou que o Supremo Tribunal Federal vai votar um recurso sobre essa forma de cálculo. Hoje, ele é estabelecido pela Petrobras, mas o governo estadual defende que passe a ser estipulado pela Agência Nacional de Petróleo, que em geral fixa valores maiores.

Ontem, Meirelles afirmou que o governo federal não vai decretar intervenção no Estado do Rio porque os efeitos seriam muito piores do que as possíveis soluções que traria:

— A intervenção federal é prerrogativa do presidente da República e precisa ser aprovada pelo Congresso. Isso não é o governo ou o município que decreta. Existem definições na Constituição.

Como O GLOBO revelou ontem, Pezão ameaçou a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, de fazer um pedido oficial de intervenção federal no estado. Ele teria ficado irritado ao saber do novo bloqueio de R\$ 140 milhões da União nas contas do estado, porque um dia antes estivera em Brasília negociando uma saída para a crise fluminense.

Ele disse que ligou para o presidente Michel Temer e pediu conselhos para saber como a União pode ajudar o estado com recursos:

— Liguei para o presidente e falei que não tenho mais condições. Eu não posso emitir moeda, eu não posso colocar um déficit de R\$ 170 bilhões, eu não posso governar com medida provisória. Se há uma maneira de ajudar o estado, que ele me mostrasse um jeito mais fácil de eu receber recursos da União. Eu não quero que a União me dê recursos extraordinários. Isso não resolve. O problema do estado é estruturante. ●



DOMINGOS PEIXOTO



Luz no fim do túnel. O ministro Henrique Meirelles e o governador Pezão: União sinaliza com operação de crédito para ajudar o estado

BASTIDORES DA CRISE

TEMER: AJUDA SERÁ PROPORCIONAL AO ROMBO

-BRASÍLIA- Um dia depois de o governador Luiz Fernando Pezão ameaçar fazer um pedido de intervenção federal, o presidente Michel Temer convocou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para uma reunião em que pediu uma fórmula que ajude estados com dificuldades financeiras. Ao falar com Pezão na quinta-feira, o presidente deixou claro que não dará uma ajuda específica ao Rio: primeiro, porque não há dinheiro

disponível e, segundo, porque mais governadores estão na mesma situação. Temer pediu a Meirelles que busque formas de ajudar os estados em situação crítica proporcionalmente ao tamanho do rombo de cada um. O presidente também sinalizou que qualquer solução a curtíssimo prazo, como espera Pezão e outros governadores, poderá frustrar expectativas. A equipe econômica tentará encontrar uma forma de atender minimamente

os estados este ano, deixando para 2017 a possibilidade de um socorro maior. — Não há no horizonte uma solução de curto prazo. O presidente não falou em datas, mas é mais provável que fique para 2017 — disse um interlocutor do Palácio do Planalto. Na conversa com Pezão, Temer o aconselhou a não pedir intervenção porque causaria um problema ao governo, paralisando a PEC dos gastos. (Simone Iglesias)